

**NOTA DE SÍNTESE**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Defesa (Grupo VIII)
Assunto:	Síntese da reunião de 14 de Outubro de 2002

---

**Resultados dos trabalhos**

1. Audição dos Generais Carlo Cabigiosu (ex-Comandante da KFOR) e Gustav Hägglund (Presidente do Comité Militar da UE) e de Alain Leroy (Representante Especial da UE na Antiga República Jugoslava da Macedónia)

O Grupo tomou nota das exposições dos convidados sobre o tema da gestão de crises.

O General Carlo Cabigiosu frisou a importância de um certo número de elementos que têm um papel fundamental a desempenhar no que toca ao estabelecimento de uma cadeia de comando eficaz na estrutura de uma força multinacional. Trata-se, designadamente, do processo de nomeação do comandante da força, da disciplina militar (incluindo o modo de funcionamento numa conjuntura em que coexiste toda uma variedade de estruturas jurídicas), da formação em comum (necessidade de reflectir na criação de uma academia militar europeia comum), bem como da articulação das disposições respeitantes, nomeadamente, aos vencimentos, seguros e regime social. O êxito de uma operação multinacional depende de uma conjugação adequada das unidades de combate que operam juntas no terreno. São necessárias capacidades comuns nos domínios da logística, do transporte estratégico e das informações (embora se reconheça o carácter sensível deste domínio).

O General Gustav Hägglund, que declarou exprimir-se a título pessoal, expôs ao Grupo os actuais procedimentos e estruturas que vigoram na gestão de crises. Na prática, as operações são decididas por todos os Estados-Membros, mas podem ser conduzidas apenas por alguns (ou seja, por uma "coligação de vontades"). Os procedimentos em vigor implicam a intervenção de uma série de comités, o que poderá obstar à rapidez do processo decisório, embora este problema seja atenuado pela disposição do Tratado de Nice que possibilita a delegação de decisões no CPS. A Convenção poderia ponderar o alargamento do mandato do Estado-Maior – cujo papel consiste actualmente em dar parecer sobre as opções de estratégia militar – ao planeamento operacional e à condução das operações. Poderiam ser também

debatidas outras questões, a saber: como unificar a autoridade de gestão de crises, possivelmente na figura do Alto Representante; se o facto de o AR presidir ao Conselho (Relações Externas) apresentaria vantagens para a gestão de crises; como fazer a ligação entre o comando militar e os representantes especiais da UE *in loco* (aproveitando a experiência das Nações Unidas); se deve ser alargada a capacidade da UE para empreender operações militares no seu próprio território (ou seja, na área da protecção civil).

Alain Leroy traçou uma panorâmica da situação actual no que respeita aos representantes especiais da UE. Partindo da sua experiência pessoal, citou uma série de factores positivos que tornaram globalmente positiva a experiência de gestão de crises na ARJM. Antes de mais, o facto de os representantes especiais serem nomeados pelo Conselho confere legitimidade democrática ao seu cargo. Em segundo lugar, as relações de trabalho entre os representantes especiais e o Alto Representante têm funcionado bem (podendo o AR intervir com rapidez e eficácia sempre que necessário). Em terceiro lugar, o êxito no terreno é mais uma questão de influência que de autoridade política declarada. E finalmente, em quarto lugar, a cooperação entre a UE e os EUA é excelente e têm sido estabelecidas boas relações com a OSCE, a NATO e os russos. Os aspectos específicos a melhorar são os da parte financeira (recursos insuficientes) e da logística (p. ex., não há comunicações seguras com Bruxelas). As relações com as várias instituições funcionam razoavelmente, embora haja poucos contactos com o PE.

## 2. Troca de impressões sobre a gestão de crises

O Presidente convidou os membros do Grupo a dar resposta às questões levantadas durante as exposições dos peritos, centrando-se especificamente nas perguntas formuladas na ordem do dia da reunião.

Registou-se entre os membros do Grupo um amplo acordo quanto à necessidade de assegurar a rapidez de decisão na área da gestão de crises, bem como quanto à excessiva complexidade do actual processo decisório. Convém simplificar a participação dos diferentes comités neste processo, apesar das dificuldades que não deixarão de se levantar à alteração das estruturas existentes – pois estas são, precisamente, o reflexo da actual estrutura em pilares. No entender de vários membros do Grupo, a gestão de crises poderia ser mais eficaz se fosse conferida uma autoridade mais directa ao Alto Representante. Foi ainda avançada a ideia de criar um cargo de AR Adjunto, responsável para as questões de defesa, embora também se tenham levantado vozes contrárias à criação de novos cargos. O papel dos representantes especiais mereceu o apoio geral, tendo alguns julgado que deveriam ter mais independência no terreno. Foi também apoiada a disponibilização de recursos financeiros adequados para a gestão de crises e, inclusivamente, para os representantes especiais. É necessário tratar a questão da responsabilidade política dos representantes especiais e, num plano mais geral, a responsabilidade pelas operações de gestão de crises. O Grupo tomou nota da ideia de alargar o mandato do Estado-Maior ao planeamento e à condução de operações concretas. Foi apoiada a sugestão de alargar a cooperação em determinados domínios, tais como a formação e a harmonização jurídica.

Reagindo às observações dos membros do Grupo, os peritos convidados teceram algumas observações. Foi registado, por exemplo, que há argumentos favoráveis à criação de um ponto de contacto único no terreno, responsável por toda a acção da UE, a fim de assegurar a coerência desta acção. O papel do AR poderia ser alargado por forma a abranger a presidência do Conselho (Relações Externas) (que daria o seu apoio, em particular, em caso de crise), sem prejuízo do papel de orientação estratégica das operações de gestão de crises, que continuaria a ser desempenhado pelo CPS.

A encerrar a reunião, o Presidente tirou as seguintes conclusões:

- Existe um acordo geral quanto à necessidade de estabelecer processos rápidos e simples para a gestão de crises, sem comprometer a responsabilidade política;
- O Grupo registou que o actual mandato do Estado-Maior não o autoriza a planear e conduzir operações, mas que os aspectos civis das operações são planeados e conduzidos no seio das estruturas da UE;
- Os membros do Grupo concordaram com a necessidade de reforçar a cooperação no domínio da formação. A sugestão de instituir uma academia militar comum suscitou um certo interesse;
- Verificou-se um amplo apoio à ideia de reforçar o papel do Alto Representante conferindo-lhe, nomeadamente, o direito de iniciativa no domínio da gestão de crises; considerou-se, contudo, que o CPS deve continuar a desempenhar o seu papel central no controlo político e na direcção estratégica das operações de gestão de crises. Foi também avançada a ideia de criar um novo cargo, o de AR Adjunto, com responsabilidades em matéria de defesa;
- Importa aprofundar também a questão do estatuto, do papel e dos recursos disponibilizados aos representantes especiais. Haverá vantagens em que tanto este problema como o do papel do Alto Representante sejam analisados na reunião conjunta com o Grupo de Trabalho sobre a Acção Externa.

A próxima reunião, que se realizará no dia 29 de Outubro, será consagrada à questão do âmbito da PESD. Os membros do Grupo receberão um documento antes da reunião.

---